

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Estratégias partidárias em el eições proporcionais no Brasil: análise a partir do caso de Pelotas, RS (1988 - 2004) .

Alvaro Augusto de Borba Barreto.

Cita:

Alvaro Augusto de Borba Barreto (2009). *Estratégias partidárias em el
eições proporcionais no Brasil: análise a partir do caso de Pelotas, RS
(1988 - 2004)*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de
Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos
Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/753>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso
abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su
producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite:
<https://www.aacademica.org>.*

Estratégias partidárias em eleições proporcionais no Brasil: análise a partir do caso de Pelotas, RS (1988-2004)

Alvaro Augusto de Borba Barreto

Instituto de Sociologia e Política - Universidade Federal de Pelotas

albarret.sul@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como tema as coligações nas eleições para vereador em Pelotas (RS), de 1988 a 2004, o que abarca todos os pleitos ocorridos no atual período pluripartidário nacional em que ela estava autorizada, com exceção da disputa mais recente (2008).² Trata-se de um estudo de caso, calcado no modelo analítico da escolha racional, que se propõe a identificar a utilização deste recurso pelos partidos. Pelotas é o terceiro maior colégio eleitoral do Rio Grande do Sul, possuindo atualmente cerca de 240 mil eleitores e de 350 mil habitantes. Os dados referentes aos pleitos de 1996 a 2004 foram obtidos no *site* do TRE-RS, e aqueles relativos a 1988 e a 1992, no jornal “Diário Popular”.

1 – A INSERÇÃO

Tabela 1 – Número de concorrentes e situação, nas eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas (1988-2004)

Eleição	Listas³	Coligações	Avulsos	% coligações	% Não coligados
1988	5	3	2	60,0	40,0
1992	8	4	4	50,0	50,0
1996	9	3	6	33,3	66,7
2000	11	2	9	18,2	81,8
2004	9	4	5	44,4	55,6
Total	42	16	26	38,1	61,9

Houve 42 listas concorrentes no total, sendo que o número aumentou continuamente no período 1988-2000 (cinco para oito, depois nove e, finalmente, 11). A maioria preferiu disputar de modo avulso (26 contra 16 coligações, cerca de 62%).

Tabela 2 – Número de partidos concorrentes e situação, nas eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas (1988-2004)

Eleição	Partidos				
	Concorrentes	Coligados	avulsos	% coligados	% avulsos
1988	11	9	2	81,8	18,2
1992	14	10	4	71,4	28,6
1996	13	7	6	53,8	46,2
2000	13	4	9	30,8	69,2
2004	15	10	5	66,7	32,3
Total	66	40	26	60,6	39,4

Quando as informações consideram as legendas participantes, observa-se que este índice cresceu sensivelmente de 1992 para 1988 (14 e 11). Ele caiu para 13 no pleito seguinte, manteve-se em 2000 e chegou a 15, em 2004, recorde no período.

Tabela 3 – Número de coligações, de partidos coligados e média de legendas por coligação, nas eleições para a Câmara de Vereadores de Pelotas (1988-2004)

Eleição	Coligações	Partidos Coligados	Média
1988	3	9	3,0
1992	4	10	2,5
1996	3	7	2,3
2000	2	4	2,0
2004	4	10	2,5
Total	16	40	2,5

Foram 16 coligações, envolvendo 40 dos 66 partidos concorrentes, média de mais de três por eleição e de 2,5 legendas em cada uma. O maior índice é de quatro por pleito, ocorrido em 1992 e em 2004. Essas também se destacam pelo número de partidos envolvidos: 10 concorreram unidos a outros. Aquela em que houve menos alianças foi a de 2000, com apenas duas, das quais participaram quatro partidos.

SOARES (2001) e SANTOS (2003) destacam a importância da variável “regras institucionais” para a incidência da coligação. Fundamental é a legislação não impedir essa prática, como ocorreu entre 1965 e 1985. Consideram-se ainda as medidas legais que estimulam a utilização desse instrumento: lista aberta, exigência da obtenção do cociente eleitoral para que as legendas participem da distribuição das sobras, estabelecimento da fórmula de maiores médias para distribuição dessas sobras (D’Hondt) e inclusão dos votos brancos (ocorrida até 1997). (LIMA JÚNIOR, 1983, NICOLAU, 1996; SCHMITT, 1999)

Igualmente, não há medidas que agreguem riscos a quem coliga, como: lista fechada (o que obrigaria os parceiros a definirem antecipadamente a hierarquia de preferências de candidatos e partidos aliados); distribuição das cadeiras conforme a proporção de votos que cada participante somou à aliança; estabelecimento que o candidato só contaria com os votos do partido dele; fixação de cláusula de desempenho a ser atingida em vários colégios eleitorais no mesmo pleito.

Para SOARES (2001), outro fator importante é a magnitude da circunscrição: quanto maior o número de cadeiras em disputa, menor o cociente eleitoral, isto é, a quantidade de votos necessária

para a obtenção da primeira vaga. Se esse custo é menor, torna-se mais fácil para um partido garantir representação e não é tão interessante ou necessário participar de coligação.

É possível aplicar essa explicação ao caso de Pelotas. Entre 1988 e 2000, a magnitude foi 21, o que implica uma cláusula de barreira de 4,76% dos votos válidos, sendo que no último pleito houve duas coligações, envolvendo quatro partidos. Em 2004, quando a magnitude foi reduzida para 15 e a cláusula subiu a 6,66%, a quantidade de aliados aumentou para 10 e a de coligações para quatro.

2 – A VALIDADE

Na tabela 3, observa-se que, entre 1992-2000, diminuiu progressivamente o número de alianças (quatro para duas), de partidos envolvidos (10 para quatro), bem como a média de legendas por coligação (2,5 para 2,0). No mesmo período, aumentou a quantidade de concorrentes (oito para 11) e a de partidos permaneceu no mesmo patamar (14 para 13).

O fenômeno não encontra explicação nas regras do sistema eleitoral brasileiro, além de contrariar o entendimento de que estas estimulam os partidos a utilizarem-se da coligação. Para explicar a impasse é necessário agregar o caráter contextual, atentar para as conjunturas e as trajetórias históricas nas quais estiveram envolvidos os 10 partidos que desistiram de coligar, entre 1996 e 2000. Estes são: PFL, PSDB, PSB, PP, PMDB e PRN (1996), PTB, PDT, PV e PPS (2000).

2.1 - Em 1996, PMDB modificou a estratégia adotada quatro anos antes e preferiu concorrer sozinho. Como em 1992, perdera uma cadeira em comparação a 1988, parece justificada a alteração pretendida para aquele pleito. Contudo, algumas peculiaridades devem ser destacadas: apenas em 1992 ele coligou na disputa proporcional, pois nas outras oportunidades preferiu ser avulso. Logo, inusitada mesmo havia sido a decisão de coligar em 1992.

Ressalva-se que os resultados do pleito municipal de 1988 foram bastante duros com a legenda: depois de conquistar a Prefeitura em 1976 (ainda como MDB) e em 1982, e de eleger sempre o maior número de vereadores, ela amargou o terceiro lugar na disputa majoritária e perdeu 40% da bancada (10 para seis). Nesse sentido, a mudança promovida em 1992 estava justificada pelo insucesso de 1988 e tinha a intenção de viabilizar o retorno à Prefeitura, o que, aliás, foi obtido.

Em 1996, no entanto, preferir a candidatura avulsa também teve a ver com a capacidade de atrair parceiros. A administração municipal enfrentava rejeição da opinião pública (tanto que, neste pleito, o candidato a Prefeito ficou em último lugar, com menos de 7% dos votos). Veja-se o caso do PSDB, que indicara o vice-prefeito na coligação vencedora de quatro anos antes: preferiu formar outra aliança (com o PFL) e apresentar o então vice-prefeito como candidato, o qual

também pagou o preço de estar vinculado à administração, tendo ficado em penúltimo lugar (8,5% dos votos).

Enfim, PMDB desistiu da coligação em 1996 em função de outros fatores, e não como repúdio à aliança como alternativa estratégica a ser utilizada em uma eleição.

2.2 - PP havia disputado os pleitos de 1988 e de 1992 coligado, e em 1996 mudou de estratégia. Na eleição de 2000 retornou à condição de coligado. Em resumo: a legenda prefere concorrer em coligação, sendo 1996 a única vez em que disputou como avulsa.

A opção de coligar não havia decepcionado, ao menos em termos de desempenho. Na eleição de 1988, PP aumentou o número de cadeiras em relação ao término da legislatura, resultado repetido em 1992. Frente a essas circunstâncias, a dúvida é: porque abandonar as coligações em 1996?

Dois fatores devem ser destacados. O primeiro é que, se for observada a lista de quem estava vinculado à coligação liderada pelo PP em 1988 (PFL, PL e PTB), percebe-se a erosão de parceiros nas eleições seguintes. Em 1992, permanecia apenas o PL, pois PTB e PFL lançaram candidaturas próprias a Prefeito. Em 1996, o PP estava isolado e os ex-parceiros optaram pela coligação, obviamente, com novos aliados: PTB e PL aliaram-se, enquanto PFL ligou-se ao PSDB apenas na majoritária.

O segundo diz respeito aos motivos pelos quais esses ex-parceiros abandonaram o PP, embora tenham estabelecido a estratégia da coligação. O partido tinha ficado em segundo lugar em 1988 e 1992, e apresentado candidatos conhecidos do eleitorado. Porém, em 1996, concorreu com um candidato sem trajetória política anterior, o que veio a se refletir no desempenho: ficou em quarto lugar, com pouco mais de 9% dos votos.

Pode-se especular que o desempenho ruim pode estar ligado à falta de parceiros, mas é possível considerar que os parceiros tradicionais não quiseram coligar com o PP, em função do pouco potencial do candidato.

Se essas hipóteses são corretas, o PP não desistiu de fato da aliança, e sim não conseguiu formular uma coligação viável. E a chave para a compreensão desse fato reside na eleição majoritária, mais do que na de vereador.

2.3 - PDT e PTB podem ser enquadrados nessa mesma perspectiva. No pleito de 2000, eles abandonaram a coligação adotada em 1996 e concorreram como avulsos. Para compreender as razões dessa atitude, deve-se recuar no tempo, pois ela está diretamente vinculada àquela tomada quatro anos antes (1992), quando eles fizeram o caminho inverso, deixaram de serem independentes e coligaram.

Na comparação do pleito de 1992 com o de 1988, o PTB foi o único partido a abandonar a coligação, tendo conquistado a primeira vaga dele, enquanto o PDT foi o único a permanecer como avulso, tendo acumulado prejuízo. Ambos concorreram como independentes e colheram resultados inversos, o que levaria a crer que, em 1996, o PDT teria mais razões para mudar de estratégia e o PTB, para repetir. No entanto, os dois optaram por coligar, isto é, mudar de alternativa, e não colheram bons frutos (cada um perdeu uma cadeira).

Logo, a decisão de retornar à condição avulsa tenha se dado pela avaliação de que a coligação não se mostrou vantajosa. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que o comportamento adotado em 1996, quando os resultados não as estimulavam a isto, não se deu em função daquele obtido em 1992 e nem pelo número de cadeiras que pretendiam conquistar naquele pleito, e sim pela intenção de eleger o Prefeito. Em outras palavras: as eventuais perdas na disputa para a Câmara faziam parte do cálculo, pois o objetivo principal e que os motivava a montar as estratégias, estava na disputa para o Executivo.

Em 2000, superada aquela conjuntura, e não havendo a perspectiva de que a estratégia da coligação fosse necessária novamente, PDT e PTB voltaram a formular os cálculos a partir da perspectiva de garantir ou ampliar o espaço na Câmara, sem tanta ênfase à disputa majoritária, razão pela qual optaram pela candidatura avulsa.

2.4 - Pode-se especular que o abandono da coligação pode ter se dado porque as legendas avaliaram que a candidatura avulsa seria importante para a afirmação ou a manutenção da identidade autônomas delas, bem como uma condicionante da legislação eleitoral.

Este é o caso do PV. Ao estreitar em eleições, em 1996, ele concorreu coligado (com PT e PPS), sem ter conquistado cadeira. Em 2000, passou a avulso na proporcional. A razão principal para a mudança está em ele ter lançado candidatura própria a Prefeito. Por si só, este fato não significa a obrigação de não coligar na proporcional (ou mesmo na majoritária), mas, em função das exigências legais⁴ e das circunstâncias políticas, o PV foi levado a este comportamento, ainda que pretendesse fazer coligações. Isso porque não conseguiu atrair parceiros para a candidatura dele, a qual não tinha muitas perspectivas de sucesso (acabou em último lugar). Ao mesmo tempo, ele não poderia coligar na proporcional com outro partido que tivesse candidato próprio a Prefeito. Em outros termos: ao apresentar candidato ao Executivo, na prática, definiu-se pela candidatura avulsa.

A situação do PPS, em 2000, é semelhante: sem ter obtido representação, abandonou as coligações lideradas pelo PT das quais participara nas duas eleições anteriores e lançou candidatura própria a Prefeito. Em função do pouco potencial (não elegeu vereador e ficou em penúltimo lugar), viu-se forçado a concorrer de modo avulso na disputa proporcional.

PSB também pode ser incluído no mesmo exemplo, embora seja o único cuja decisão de deixar a coligação mostrou-se vantajosa. Não obteve representação em 1988 e em 1992, quando buscou a coligação (sempre em alianças lideradas pelo PT). A partir de 1996, optou pela candidatura isolada, vindo a conquistar a primeira cadeira ainda naquele pleito, sendo que a decisão de deixar a coligação foi determinante. Se optasse por manter-se unido ao PT, não teria garantido essa vaga, pois todas as cinco cadeiras obtidas pela aliança seriam ocupadas pelo parceiro.

2.5 - O abandono da coligação pode ter se dado em função do êxito obtido no pleito anterior (obtenção de representação formal, consolidação da infra-estrutura organizacional ou crescimento da inserção junto ao eleitorado), acoplado à percepção de que, se ela fosse repetida, poderia redundar em insucesso. Nesse caso, a legenda pode ser levada a calcular que está credenciada a obter os mesmos resultados (ou até melhores) com uma candidatura avulsa. Ao inverso, corre riscos, notadamente porque o elenco de possíveis parceiros não apresenta as mesmas potencialidades ou porque, estando coligada, o capital dela poderia ser dilapidado por outro partido, que estaria na mesma condição que ela estivera quando se serviu da coligação.⁵

Este parece ter sido o cálculo realizado pelo PFL. Em 1988, ele estreava em eleições e possuía uma bancada de quatro vereadores, formada a partir da migração. O partido sabia que essa bancada era grande demais para o seu potencial eleitoral e buscou a coligação como forma de minimizar os prejuízos (conquistou duas vagas). Quatro anos depois, voltou a optar pela coligação e repetiu a performance. Em 1996, modificou a estratégia e passou a disputar de modo avulso o pleito proporcional.

O mesmo caminho foi seguido pelo PSDB. Em 1988 concorreu coligado a dois partidos pequenos, sem conseguir representação. Quatro anos depois, formou parceria com PMDB e PCdoB, tendo conquistado a primeira vaga. Em 1996, chegava às eleições com novos interesses a preservar, logo preferiu a estratégia da candidatura avulsa na proporcional.

2.6 - Dos 10 partidos que abandonaram as coligações, resta analisar o PRN. Ele não pode ser enquadrado em nenhum dos casos anteriores: não possuía vereador eleito, não tinha interesse em fixar a legenda, não apresentou candidatura a Prefeito e, ao optar pela candidatura avulsa, estava praticamente eliminando a possibilidade de eleger vereador.

Pode-se argumentar, seguindo SOARES (2001), que o que pode ser classificado como a melhor escolha, aquela que rende mais frutos com o menor esforço, não é necessariamente equivalente para todos os atores. Bem como, pode mudar para o mesmo ator, o que ocorreria em função da perspectiva temporal estabelecida, do fato de os objetivos serem parcial ou totalmente remodelados ao longo do tempo ou de que as circunstâncias institucionais em que se processam o pleito também variam.

Entretanto, esta explicação não representa a situação do partido, que não tinha muitas perspectivas de futuro: ele estava em processo de desarticulação, assolado pelo processo de *impeachment* de seu principal líder, Fernando Collor. Pode-se dizer, então, que essa atitude não passou do último ato de um partido esvaziado.

CONCLUSÃO

O trabalho teve como tema a coligação nas cinco eleições proporcionais, realizadas em Pelotas (RS), no período de 1988 a 2004. Inicialmente, identificou que este é um recurso amplamente utilizado: houve 16 alianças, que envolviam 40 partidos, média de três por eleição e de 2,5 legendas em cada uma.

Dentre as razões para coligar, confirma-se o que os autores têm evidenciado: ao permitir esse recurso e, ao mesmo tempo, não criar obstáculos, a legislação estimula que ele seja utilizado, com vistas a realização dos objetivos traçados em cada circunstância.

Apesar disso, a análise mostrou que, de 1992 a 2000, diminuiu progressivamente o número de alianças, de partidos envolvidos, bem como a média de partidos por coligação, o que não encontra explicação nas regras que estruturam o sistema eleitoral brasileiro.

Analisaram-se, então, as conjunturas e as trajetórias históricas nas quais estiveram envolvidos os partidos que desistiram de coligar na disputa proporcional. Verificou-se que tomaram essa decisão por diferentes razões, muitas delas não vinculadas ao déficit de eficiência eleitoral, como poderia indicar a teoria da escolha racional. Observou-se, por exemplo, que a perspectiva de ganho ou as exigências de ter um candidato na disputa majoritária levam os partidos a não conseguirem ou a repudiarem possíveis parceiros, sem contar aqueles que deixam a coligação por considerarem que os benefícios que ela gerou no passado poderiam se tornar prejudiciais se fosse mantida. Nesse sentido, o fenômeno se mostrou mais complexo, multicausal e, portanto, irreduzível a uma única matriz explicativa, ao menos na análise empreendida para o caso de Pelotas, no período 1988-2004.

REFERÊNCIAS

DIÁRIO POPULAR. Pelotas. nov. 1988-nov. 2004.

LIMA JÚNIOR, O. B. *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional -1945/1964*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

NICOLAU, J. *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, W. G. *O Cálculo do conflito – estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SCHMITT, R. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política). Iuperj.

SOARES, G. *A Democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

TRE-RS. *Eleições*. 1992-2004 [<http://www.tre-rs.gov.br/>]